

# Contrabando alimenta a devastação



Esquema na divisa entre PR e SC "esquenta" madeira retirada ilegalmente

#### MARCOS HOROSTECKI

Abelardo Luz — Um forte esquema de contrabando de madeira entre os Estados de Santa Catarina e Paraná está contribuindo dia após dia para o aumento das áreas de mata devastadas no município de Abelardo Luz, na região Oeste, um dos maiores do Estado em extensão territorial. A denuncia é da própria Polícia Militar local, que por muitas vezes tem se visto impotente diante da astúcia dos chamados atravessadores, que corrompem os agricultores sem-terra, compram a preços reduzidos madeiras nobres como cedro, embuia e araucária, levam-nas clandestinamente para o lado paranaense, as legalizam e em seguida retornam para Abelardo Luz onde as vendem para os madei-

Muitas vezes está mais do que óbvio que determinada carga de madeira que transita pela estrada principal entre o Paraná e Abelardo Luz, recheada de árvores centenárias e criminosamente cortadas, foi contrabandeada, mas a polícia não pode fazer nada, admite o tenente Jorge da Silva Giulian, comandante do Pelotão da PM no município. Tudo porque, quando está sobre a rodovia, a carga geralmente já está retornando do Paraná onde foi legalizada como se fosse madeira cortada naquele Estado, poucas horas antes.

#### DIFICULDADES

Em Santa Catarina, Estado considerado como sendo região de Mata Atlântica, é proibido qualquer tipo de corte de madeira. Mas os atravessadores não temem as leis, nem a polícia, que mesmo estruturada não consegue cobrir toda a extensão da fronteira entre o município e o Paraná. São muitos os acessos secundários à BR-280, que divide os dois Estados em Abelardo Luz, o que têm dificultado muito o trabalho da PM. Além deles, ainda existem outras centenas de pequenas estradas entre as imensas fazendas do município, onde os caminhões podem facilmente se esquivar das viaturas da polícia e chegar até o lado paranaense, onde ainda há plano de corte e é possível conseguir nota fiscal para o transporte da madeira com facilidade.

O que é pior, segundo o comandante da PM em Abelardo Luz, é a atitude corrupta dos atravessadores junto aos agricultores sem-terra assentados pelo governo no município. Gente normalmente sofrida e de baixa instrução, que nem sequer tem idéia do valor comercial da madeira ou do crime que estão cometendo e acabam vendendo a madeira que existe sobre os seus lotes por quase nada. Uma araucária de mais de cem anos, que nem cinco homens conseguem abraçar, acaba tombando ao chão por uma cesta básica, uma arma enferrujada, ou um pouco de madeira cortada de baixo valor comercial. "Teve uma carga de 14 metros cúbicos de araucária que conseguimos aprender, que valeria pelo menos R\$ 4 mil e havia sido trocada por alguns metros de forro de pinus americano de pequeno valor", lembra o tenente, revoltado com a

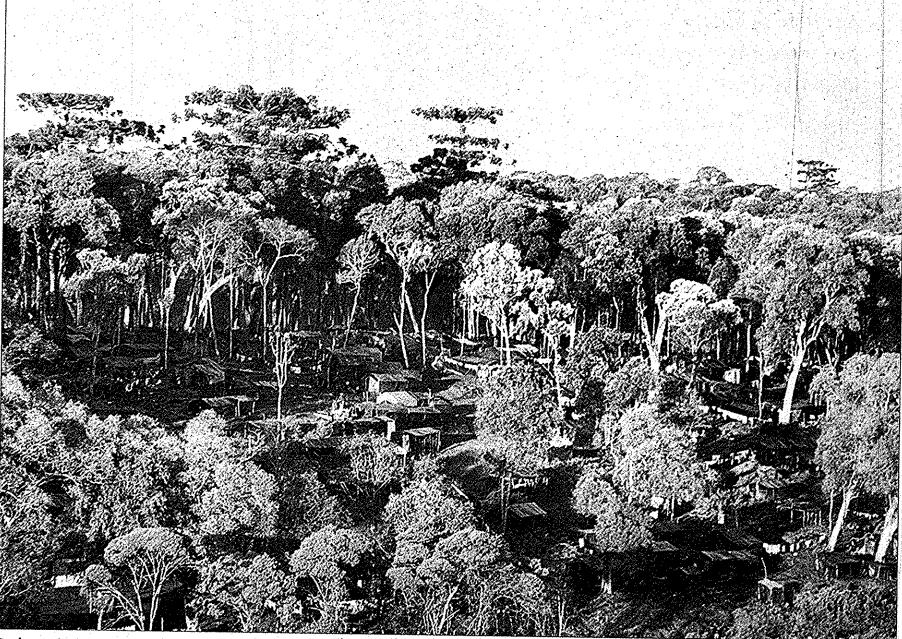
## Atraso nos créditos é a justificativa do MST

De acordo com a Polícia Militar, um dos principais focos de ação dos atravessadores é o assentamento da Fazenda Capão Grande, formado há 12 anos, onde os agricultores têm vendido madeira indiscriminadamente, mesmo sabendo da ilegalidade e da possibilidade de serem presos. O assentamento fica num vale onde só o que se pode perceber é o abandono das 92 famílias assentadas, que estão sem os créditos da reforma agrária e têm encontrado na madeira uma maneira de sobreviver, transformando o local num amontoado de imensas clareiras, repletas de mato raso e erosão.

"Enquanto continuarem segurando nossos créditos vamos continuar cortando. É a única maneira desobrevivermos e mantermos nossas famílias aqui", admite o agricultor Adão Macuco, líder dos assentados, enquanto ajuda um companheiro a retirar mais uma árvore do meio do matagal. Segundo ele os assentados sabem que o corte de madeira é proibido, mas não têm alternativa diante da falta de recursos. "Temos que nos segurar com o que podemos. Não há outra alternativa", argumenta.

O agricultor nega que os atravessadores tenham comprado madeira no assentamento a baixo preço, ou mesmo a troco de cestas básicas ou outras madeiras de menor valor comercial. Mas garante que a "necessidade fez muitos agricultores venderem a madeira que possuíam sobre seus lotes". "Quando a derrubada de uma árvore acontece é só por necessidade mesmo. Ninguém vai derrubar apenas por querer ou por ganância. Todos aqui querem manter as suas famílias, apesar do governo não entender isso e continuar cortando nossos créditos", finalizou.

O assentamento da Fazenda Capão Grande não foi organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas ultimamente tem recebido apoio dos líderes do movimento, que têm negociado com o governo a retomada da concessão dos créditos e não admite que sejam os assentados, da Capão Grande ou de qualquer um dos 19 assentamentos existentes em Abelardo Luz, responsabilizados pela devastação das matas dos município.



Bode expiatório: assentamento da Fazenda Capão Grande, formado há 12 anos, é foco de venda indiscriminada, segundo a PM

## Culpados são fazendeiros, diz líder

Os culpados pela depredação da da madeira em todo o Estado. completa da região de Abelardo "Estamos lutando todos os dias Luz são os fazendeiros e madei- contra este problema. Mas às reiros, garante o líder sem-terra, vezes isso acontece", continuou. Vilson Santin, da coordenação estadual do MST. Segundo ele, pode ter havido um problema maior na Fazenda Capão Grande, mas nos demais assentamentos todas as matas foram retiradas pelos fazendeiros e madeireiros antes das desapropriações. "O movimento tem apenas 13 anos de atuação. Não podemos ser responsabilizados por problemas

muito mais antigos", observou. Todavia há com certeza a ação de atravessadores oportunistas, conforme a liderança, que tentam corromper assentados e acampados, e algumas vezes conseguem o que querem, embora o movimento venha esclarecendo constantemente seus integrantes sobre a proibição do corte e ven-

De acordo com Santin, o desmatamento e a destruição da natureza não fazem parte da politica do MST, que está preocupado apenas com a reforma agrária. Tanto isso é verdade, continua a liderança, que o movimento prepara para a Fazenda Dissenha, onde estão acampadas há quase um ano 700 famílias de agricultores sem-terra, um novo modelo de assentamento autosustentável e agroecológico, onde cerca de 130 famílias produzirão em harmonia com a natureza: "Estamos fazendo a nossa parte. Esperamos que o governo cumpra a sua. Tem muito oportunista provocando o desmatamento. É preciso acabar com isso", finalizou. (MH)

## Prefeito de Chapecó faz apelo ao governo para uma solução

Enquanto os atravessadores agem entre as fazendas e regiões onde ainda existem madeiras nobres o município de Abelardo Luz também vem perdendo ano após ano milhares de reais, continua o prefeito João Maria Marques Rosa (PFL). De acordo com ele, os impostos que estão sendo recolhidos no Paraná com o contrabando da madeira poderiam estar ajudando ainda mais o município a se desenvolver o que também é um absurdo, principalmente diante do prejuízo ambiental que esta ação vem causando nos últimos anos.

Para Marques Rosa é pre-

ciso dar um basta nos desmatamentos com urgência, antes que eles consumam completamente com as matas do municipio. "Os governos precisam nos apoiar fazendo com que haja uma ação ainda maior da polícia no combate aos crimes ambientais", ponderou, garantindo que uma ampla campanha explicativa a respeito das leis ambientais e da importância da Mata Atlântica junto aos assentados também contribuiria para a redução dos desmatamentos. "O certo é que do jeito que está não pode ficar. Precisamos de ajuda para coibirmos isso de uma vez", completou. (MH)



Trajeto: madeira é transportada até o Estado do Paraná, onde é legalizada, e depois revendida em Santa Catarina



# MST corre risco de perder apoio dos verdes

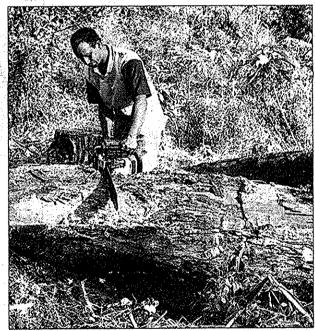


#### **ORLANDO PEREIRA**

São José dos Campos — O Movimento dos Sem terra (MST) pode estar perdendo o apoio das entidades ecológicas na luta pela reforma agrária, caso continue insistindo em invadir áreas com cobertura florestal, desrespeitando o compromisso com a questão ambiental. O alerta foi feito pelo deputado federal Fábio Feldmann (PSDB-SP) ao tomar conhecimento que no Estado de Santa Catarina, Abelardo Luz foi campeão em devastação, de acordo com os dados do Atlas da Evolução dos Remanescentes e Ecossistemas Associados no Domínio da Mata Atlântica de 1990 a 1995, apresentado na sexta-feira em São José dos Campos (SP), pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (ÎNPE), Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Socioambiental (ISA). O município que abriga 16 assentamentos ou acampamentos, totalizando em torno de 2,2 mil famílias, perdeu no período 4,5 mil hectares de florestas.

#### USO SUSTENTÁVEL

Feldmann que é autor do projeto de lei que estabelece mecanismos de controle e fiscalização e ao mesmo tempo estimula e orienta a conservação e uso sustentável da mata atlântica disse que o MST tem cometido alguns equívocos no Brasil. Ele considera o mais grave deles o de tentar implantar assentamentos em áreas não vocacionadas para esta finalidade, com grande cobertura florestal. "Com isto, a médio prazo, acabam sendo inviabilizados do ponto de vista da sua sustentabilidade", assinatou. O deputado alerta que o MST pode estar perdendo o apoio de outro movimento universal nos dias de hoje, que são os ambientalistas. "Dois movimentos importantes precisam dialogar, o que não aconteceu até agora, no sentido que haja um campo comum, que é a reforma agrária ecológica atendendo os requisitos básicos da justiça social e preservação ambiental", assinalou.



Sem-terra: cortes são para a sobrevivência

## Especulação imobiliária é outra vilã do meio ambiente

O problema de ocupação de áreas com cobertura florestal não afeta somente áreas que encontram-se com os sem-terra de Santa Catarina. Feldmann observou que no litoral Norte de São Paulo e no Sul do Rio de Janeiro, a especulação imobiliária para a construção de residências de final de semana está provocando a favelização. No Sul da Bahia o problema é provocado pela extração da madeira com as antigas florestas dando lugar a criação de gado para substituir a atividade cacaueira.

O deputado entende que a municipalização do Imposto Territorial Rural (ITR) pode estimular ainda mais o avanço sobre as terras improdutivas da mata atlântica. "O MST tem uma visão tão atrasada quanto o Incra, sobre o que é terra improdutiva", afirmou o deputado. Ele entende que a pobreza no Brasil vai aumentar a pressão sobre os recursos naturais.

### **ANONIMATO**

Com a nova lei de crimes ambientais, que entrou em vigor no final de março, todas as pessoas podem denunciar a devastação ambiental, sem a necessidade de ser identificada. Esse contato pode ser feito diretamente com as Organizações Nãogovernamentais (ONGs), ou com a Polícia Ambiental e Ibama. Ele conclamou a população a denunciar os casos de desmatamentos. Mas como apenas isso não é suficiente, alguma coisa precisa ser feita rapidamente para conseguir preservar o que ainda resta da mata atlântica.

Feldmann lamenta que depois de seis anos o projeto de sua autoria ainda não tenha sido aprovado na Câmara dos Deputados. A idéia era colocá-lo em votação no próximo dia 27, quando será comemorado pela primeira vez o Dia da Mata Atlântica, mas é provável que fique para junho em razão do forte lobby da bancada ruralista, que alega prejuízos à agricultura brasileira. "O momento agora não é oportuno porque precisamos garantir os votos mínimos necessários à sua aprovação", complementou. (OP)



Árvores retiradas por assentados de sem-terra e vendidas estão provocando danos ao meio ambiente, acreditam ambientalistas

## Devastação em Santa Catarina é maior que a da Amazônia

Apesar do ritmo de desmatamento em Santa Catarina entre os anos de 1990 a 1995 ter diminuído 30% em relação ao levantamento realizado entre 1985 e 1990, o volume continua ainda maior do que o da Amazônia. De acordo com Míriam Prochnow, presidente da Associação de Preservação do Meio ambiente do Alto Vale do Itajaí (Apremavi), sediada em Rio do Sul, a situação ainda preocupa considerando que a mata atlântica é a segunda maior floresta ameaçada de extinção no mundo. Além das medidas que evitam o desmatamento previstas pelo projeto de lei 3.285, de autoria do deputado federal Fábio Feldmann (PSDB-SP), a ecologis-

ta defende ações que incremennão apenas em território catarinense mas também nos outros Estados brasileiros.

A maior preocupação do Apremavi, revela a presidente, está relacionada com os assentamentos de sem-terra em áreas de remanescentes florestais, como é o caso de Abelárdo Luz, na região Oeste e de Santa Terezinha, no Alto Vale do Itajaí. Ela lembrou que desde sua criação, há quase 11 anos, a entidade vem discutindo com os demais movimentos sociais a viabilidade nestes locais. "São áreas inviáveis para se fazer reforma agrária no Estado", assinalou. Míriam colo-

cou que existem milhares de hec- qual a Apremavi faz parte, com tem a regeneração da floresta, tares de baixa produtividade, que lo base nos dados contidos no atlas, sem que houvesse prejuízos ao meio ambiente. "Por esta razão, os movimentos ecológicos catarinense não admitem mais que se faca reforma agrária em locais de floresta, pelos graves riscos de extinção e da inviabilidade de se fazer o manejo sustentável pelo tamanho reduzido destas áreas", acrescentou.

### PRIMEIRA AÇÃO

A primeira ação que está sendo desencadeada pela Rede de Organizações Não-governamentais (ONGs) da mata atlântica, da

poderiam abrigar assentamentos de denominada de Desmatamento Zero. Míriam adiantou que o movimento pretende mobilizar as 130 entidades que fazem parte da rede a partir de temas de abrangência nacional. Um deles é pela aprovação do projeto de lei da mata atlântica ainda no primeiro semestre. Ela observou que a partir do ritmo zero de desmatamento são necessárias ações visando a regeneração florestal. "temos ainda 17% de cobertura florestal remanescente no Estado, mas o ideal hoje para que haja uma boa diversidade no seu uso, seria necessário no mínimo mais 18%". calcula a presidente. (OP)

## Ritmo de derrubadas estabilizou desde 90

Nos demais Estados que fazem parte do ecossistema da mata atlântica o ritmo de desmatamento no período de 1990 a 1995 também ficou praticamente estável em relação ao levantamento anterior, entre 1985 e 1990. O secretário-executivo do Instituto Socioambiental (ISA), João Paulo Ribeiro Capobianco, disse que apesar de não ter havido incremento, o quadro preocupa os ambientalistas. É que o processo estabilizado surpreendeu na medida que a partir de 1988 foram feitos inúmeros esforços pelos governos e as ONGs no sentido de conter os desmatamentos. "Tínhamos uma expectativa de queda consistente na comparação dos dois períodos, o que acabou não ocorrendo", observou Capobianco. Ele disse que isso é uma péssima notícia, levando-se em conta a situação da Amazônia.

Originalmente a mata atlântica e seus ecossistemas associados abrangiam 17 Estados brasileiros, totalizando quase 1,3 milhão de quilômetros quadrados, ou 15% do território nacional. Dela fazem parte vários ecossistemas, que vão desde a floresta densa e exuberante da serra do mar aos manguesais dos estuários costeiros, dos campos de altitude, restingas e terrenos alagados. Entre as espécies vegetais destacam-se a araucária, o pau-brasil, o ipê, jacarandá da Bahia, além das orquídeas e bromélias. O primeiro atlas foi concluído em 1990, mas a escala adotada neste trabalho apresentou limitações para estudos mais detalhados. O projeto contou com o apoio financeiro do Bradesco, Indústria Klabin de Papel e Celulose e da Metal Leve. O custo aproximado foi de R\$ 100 mil. (OP)



Soluções: ecologistas defendem regeneração da floresta e restrições para desmatamento